

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

DE COSTAS PARA O RIO: A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE  
MANAUS ANALISADA NOS MAPAS DE 1844 A 1893

Bolsista: Caio Giulliano de Souza Paião, CNPq

MANAUS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL  
PIB – H – 0041/2011  
DE COSTAS PARA O RIO: A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE  
MANAUS ANALISADA NOS MAPAS DE 1844 A 1893

Bolsista: Caio Giulliano de Souza Paião, CNPq  
Orientador: Prof. Dr. Otoni Moreira de Mesquita

MANAUS

2012

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, está vinculada ao grupo de pesquisa História Cultural da Amazônia do Laboratório de Estudos em História Cultural (LEHC).

## RESUMO

A pesquisa propõe um estudo histórico da evolução urbana de Manaus analisada nos mapas da cidade. A análise dos mapas da cidade de Manaus e a percepção acerca de suas abruptas mudanças oferecem argumentos centrais para a hipótese de *refundação* da cidade de Manaus durante a segunda metade do século XIX, hipótese interpretativa formulada pelo historiador Otoni Mesquita.

A pesquisa visa dar continuidade à discussão da hipótese de *refundação* e recoloca essa perspectiva, oferecendo um olhar específico e atento para os mapas existentes no corte temporal a ser analisado.

Estuda o movimento de transformação da cidade que se processa pela cartografia, modificando a malha urbana e redimensionando seus espaços internos. O recorte temporal é motivado pela razão dos mapas disponíveis e produzidos entre os anos de 1844 a 1893. A pesquisa utiliza como fontes iconográficas os mapas de Manaus de 1844, 1844 (segunda cópia), 1845, 1852, 1868, 1874, 1879 e 1893.

Foram utilizadas ferramentas metodológicas de História Cultural. Interpretando a leitura da cartografia através de modelos comparativos entre os mapas, foi possível traçar uma linha histórica de compreensão da evolução urbana de Manaus.

Além das fontes cartográficas foram confrontadas fontes oficiais do período que fornecem dados acerca das modificações urbanas de Manaus: falas, relatórios, anais, etc. A pesquisa deu conta da análise dos seguintes mapas da cidade de Manaus: o de 1844, a segunda cópia do mapa de 1844, o mapa de 1845 diagnosticado como mais uma cópia do mapa de 1844, bem como o mapa de 1868 (incluso no Atlas produzido pelo senador Candido Mendes). Inseriu na análise o mapa de 1874, (até então ausente das discussões cartográficas da cidade), o mapa de 1879 e o mapa republicano de 1893, produzido durante a administração do governador Eduardo Ribeiro. Os mapas oferecem os indícios necessários para a compreensão da transformação da cidade enquanto elemento humano e objeto político. Retratando em seus períodos iniciais uma identidade diversa da almejada pelos aparelhos de poder. Ou seja, analisar os mapas de Manaus é também estudar sua sociedade e seus modos de relação com a cidade.

Palavras chave: Cartografia urbana. História Cultural. História da cidade. Manaus (AM).

## ABSTRACT

The research proposes a historical study of urban evolution in Manaus analyzed on city maps. The analysis of maps of the city of Manaus and perceptions about their abrupt changes offer central arguments for the hypothesis of re-founding of the city of Manaus during the second half of the nineteenth century, interpretative hypothesis formulated by the historian Otoni Mesquita.

The research aims to continue the discussion of the possibility of rebuilding and replaces this perspective, offering a specific look and pay attention to the existing maps in the cutting time to be analyzed.

The motion of transformation of the city that is processed by mapping, modifying the urban and resizing its internal spaces. The time frame is motivated by the ratio of available maps and produced between the years 1844 to 1893. The research uses as sources iconographic maps of Manaus, 1844, 1844 (second copy), 1845, 1852, 1868, 1874, 1879 and 1893.

We used methodological tools of Cultural History. Interpreting the reading of cartography through models comparing the maps, it was possible to draw a historical line of understanding of urban evolution in Manaus.

In addition to the cartographic sources were compared to official sources of the period that provide data about the changes in urban Manaus, speeches, reports, proceedings, etc. The research reported on the analysis of the following maps of the city of Manaus: the 1844, the second copy of the 1844 map, the map of 1845 diagnosed as another copy of the 1844 map and the map of 1868 (included in the Atlas produced by Senator Candido Mendes). Entered in the analysis map of 1874 (so far absent from discussions of cartographic city), the map of 1879 and 1893 Republican map, produced during the administration of Governor Eduardo Ribeiro. The maps provide the clues necessary for understanding the transformation of the city as part human and political object. Portraying in their initial stages an identity different from the desired power apparatuses. That is, analyze the maps of Manaus is also studying their society and its modes of relationship with the city.

Keywords: urban cartography. Cultural History. History of the city. Manaus (AM).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de Manaus de 1844 (primeira cópia).....	18
Figura 02 – Mapa de Manaus de 1844 (segunda cópia).....	20
Figura 03 – Mapa de Manaus de 1845.....	21
Figura 04 – Mapa de Manaus de 1852.....	24
Figura 05 – Mapa de Manaus de 1868.....	25
Figura 06 – Mapa de Manaus de 1874.....	26
Figura 07 – Mapa de Manaus de 1879.....	30
Figura 08 – Mapa de Manaus de 1893.....	32

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. DA HISTÓRIA DA CIDADE COMO HISTÓRIA DO HOMEM...12</b>	
2.1. Das linhas teóricas.....	12
<b>3. DO MAPA COMO FONTE.....14</b>	
3.1. Dos mapas e o testemunho ocular.....	14
3.2. Do confronto com as fontes.....	16
<b>4. DOS MAPAS DE MANAUS.....18</b>	
4.1. Do mapa de 1844 (primeira cópia).....	18
4.2. Do mapa de 1844 (segunda cópia).....	20
4.3. Do mapa de 1845.....	21
4.4. Do mapa de 1852.....	24
4.5. Do mapa de 1868.....	25
4.6. Do mapa de 1874.....	26
4.7. Do mapa de 1879.....	30
4.8. Do mapa de 1893.....	32
<b>5. BREVE HISTÓRIA SILENTE DAS RUAS.....36</b>	
5.1. Cronologia das mudanças físicas das ruas de Manaus.....	39
<b>6. CONCLUSÃO.....42</b>	
<b>7. REFERÊNCIAS.....46</b>	

# 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa é intencionada pela motivação do estudo dos mapas da cidade de Manaus, produzidos (em sua maioria) durante a segunda metade do século XIX. É um estudo que visa dar continuidade à produção historiográfica do urbano de Manaus, revisitando assim os estudos já desenvolvidos acerca do objeto.

O estudo foi gerado a partir de inquietações quanto à localização histórica nos arredores da cidade de Manaus oitocentista. Certa dificuldade de localizar-se na Manaus oitocentista sempre se apresenta quando se possui o interesse de localizar determinado espaço, visto as constantes modificações - sejam elas toponímicas, geográficas, viárias, etc. A dificuldade se mostra ainda maior quanto às localizações da cidade anteriores ao período compreendido como *refundação* (MESQUITA, 2009). Foi para resgatar dados sobre os elementos físicos da cidade que a pesquisa motivou-se inicialmente para ser desenvolvida. Elementos como a antiga toponímia, a malha urbana e os elementos naturais (igarapés, charcos, igapós, etc.).

Ao buscar nos mapas essas indagações de localização na Manaus do passado, a pesquisa desdobrou-se na compreensão evolutiva desse espaço urbano testemunhada pela cartografia.

Por meio de modelos comparativos, seria possível tracejar uma linha interpretativa da reformulação da malha urbana que se modificou através do tempo.

Os mapas foram alguns dos elementos essenciais para a formulação da hipótese de *refundação* da cidade de Manaus (MESQUITA, 2009). Otoni Mesquita utiliza a cartografia como alguns dos indicativos interpretativos que sustentam a afirmativa da reformulação urbana de Manaus através do tempo. Nesse caso, os mapas comporiam um dos pilares centrais da hipótese desse historiador: a de que Manaus historicamente se fez outra no tempo e no espaço, redefinindo-se como uma cidade diversa em sentidos sociais, culturais e políticos de sua situação inicial.

Sob essa orientação teórica, a pesquisa se articulou para dar continuidade a essa interpretação, recolocando a hipótese da *refundação* novamente em discussão, no entanto, com um olhar específico quanto à cartografia de Manaus produzida no século XIX (1844-1893).

Ao analisar a cartografia de Manaus, fora detectada a ausência de trabalhos historiográficos anteriores que atentassem para a produção cartográfica do XIX.



Incrivelmente percebeu-se, até mesmo, o desconhecimento de alguns mapas por parte da historiografia do urbano de Manaus, como é o caso das cópias do mapa de 1844, assim como o mapa de 1874.

Até mesmo no campo historiográfico nacional, foram poucos os historiadores que abordaram a história da cartografia urbana, citando em especial o recente trabalho de Daniela Marzola Fialho, que ofereceu suporte e condução metodológica, e de como abordar e utilizar, o mapa como fonte de construção de um saber histórico determinado (FIALHO, 2010).

Dando continuidade à bibliografia consultada, o trabalho propôs o objetivo de responder a essa lacuna investigativa.

O objetivo geral é o seguinte: Compreender historicamente o processo de ocupação do espaço urbano de Manaus através dos indícios de modificações representadas nos mapas de Manaus de 1844, 1844 (segunda cópia) 1845, 1852, 1868, 1874, 1879 e 1893.

A partir do objetivo geral foi possível localizar por onde começaria a pesquisa. No caso, foi então diagnosticada a ausência, e até mesmo a negligência, da historiografia quanto ao tema da história da cartografia urbana de Manaus.

Nesse segundo momento de elaboração dos objetivos, especificamos que a pesquisa deveria: dar continuidade à bibliografia consultada, e atender à divulgação das fontes analisadas, visto que, alguns dos mapas são desconhecidos da historiografia e também da História de Manaus; Promover o resgate de espaços urbanos transformados, assim como sua toponímia modificada ao longo do tempo; E enfim, estudar a cidade de Manaus antes de sua *refundação* (MESQUITA, 2009).

Um olhar atento e comparativo entre as fontes cartográficas é o necessário para perceber o sentido de crescimento da cidade de Manaus – foi a partir desse exercício que se tornou perceptível visualmente, o processo de redimensionamento de Manaus ao longo do tempo. Trata-se da hipótese proposta pela presente pesquisa e pelos indicativos cartográficos: Manaus virando-se de costas para o rio e avançando pela floresta.

Os mapas de Manaus denunciam uma modificação do sentido de crescimento da cidade. Anteriormente, a cidade crescia no sentido leste-oeste margeando o rio Negro. Essa informação é relativa e histórica, seu desdobramento se dá pela situação econômica e social da cidade, ou seja, Manaus crescia de acordo com os ditames da natureza, pois ainda não teria o poder suficiente para contorná-la e dominá-la.

A partir do mapa de 1874, percebemos leves intenções de avanço no sentido norte, e os mapas posteriores veem testemunhar Manaus cada vez mais de costas para o rio, ao

passo que, historicamente, o avanço e o crescimento da cidade se dão juntamente com o favorecimento de uma boa economia e com o melhoramento do corpo de trabalhadores. Tanto que no derradeiro mapa da pesquisa, o mapa republicano de 1893, observamos uma cidade totalmente virada de costas para o rio e com os olhos voltados especialmente para o norte, avançando contra a floresta.

Portanto, são dados que nos motivam a estudar o cerne de uma abordagem histórica, ou seja, o processo histórico do objeto, no nosso caso, o movimento histórico que possibilitou o redimensionamento do espaço urbano de Manaus visto nos mapas.

As fontes cartográficas possuem uma linguagem própria e interdisciplinar, no entanto são os dados iconográficos essências para a elaboração do presente trabalho. Para dar corpo aos elementos cartográficos, confrontamos as fontes cartográficas do período com a documentação oficial contemporânea aos mapas.

A pesquisa fora dividida temporalmente em dois momentos. O primeiro momento tratava-se do momento inicial da capital da província entre 1844 e 1864 e abrange a documentação oficial produzida então, bem como a análise dos primeiros mapas de Manaus: 1844, 1844 (segunda cópia), 1845 e 1852. Foram inclusos também nesse primeiro momento a análise do mapa de 1868, visto a similaridade apresentada com os anteriores. Foram investigados também os relatos dos primeiros viajantes que visitaram a Província do Amazonas.

O segundo momento é o período final do século XIX e conclusivo para a discussão, de 1865 a 1893. Que inclui os mapas de 1874, 1879 e 1893. São os três mapas, imagens de sustentabilidade da proposta de redimensionamento urbano de Manaus, indícios que garantem a leitura de uma modificação espacial que se processa historicamente, possuindo especificidades responsáveis pelas diferenças perceptíveis entre os dois momentos que fora intencionalmente dividida a pesquisa: um primeiro momento para conhecer a cidade anterior às suas modificações, e um segundo para compreender o porquê de defender uma *refundação* de uma cidade que vai se modificando lentamente devido fatores históricos (políticos, sociais e intimamente econômicos), e que no alvorecer de uma melhoria financeira se constrói historicamente como uma nova cidade. A pesquisa tenciona olhares para o contexto social (que abarca cultura, economia e política) também elementos componentes desse quadro de interpretação histórica do momento estudado, aos quais os mapas tornam-se testemunhas oculares (BURKE, 2004), esta é a justificativa para o confronto entre a imagem enquanto dado estático e

imagético no tempo, requerendo leitura e questionamento, e as fontes oficiais, discursos que lhes garantem o movimento.

## 2. DA HISTÓRIA DA CIDADE COMO HISTÓRIA DO HOMEM

### 2.1. Das linhas teóricas

É mister antes de nos aprofundarmos nos desdobramentos históricos da cidade de Manaus, expormos as linhas teóricas que nos auxiliaram na tecibilidade de um pano teórico eficiente e inteligível. Para desenvolver um exercício historiográfico acerca das cidades é inevitável o contato interdisciplinar com outros campos de conhecimento, tais como a Sociologia, Arquitetura, Urbanismo, Geografia, etc.

Porém o contato é filtrado pelas exigências da História, e também de certo modo pela subjetividade do pesquisador. O que quero dizer é que enquanto pesquisa de História, os desdobramentos se darão privilegiando o processo histórico, o movimento e é claro, o homem no tempo.

Compreendendo a importância do estudo da história urbana somos convencidos não por um historiador, e sim por um arquiteto que admite que “a história urbana sempre parece mais satisfatória, inclusive do ponto de vista da estrutura urbana do que qualquer outra investigação ou pesquisa sobre a cidade.” (ROSSI, 1995, p. 49). O que o arquiteto Aldo Rossi nos expõe é que a cidade é elemento humano e através da compreensão da modificação do homem é possível compreendermos a modificação da cidade, pois afinal “podemos dizer que a cidade é o progresso da razão humana (enquanto coisa humana por excelência)” (ROSSI, 1995, p. 49,) completando por assim dizer o autor.

São praticamente orgânicos da discussão, que se pretende travar, dois elementos centrais: a imagem da cidade e o progresso. Este último já adiantado na citação de Rossi demonstra que a cidade constitui-se na história como monumento do homem em favor do progresso e conseqüentemente da razão, legitimando o estudo da história da cidade como estudo da história do homem e seus modos de relações sociais, já que a cidade é o espaço aglomerado de subjetividades, plural em vários sentidos de convivência humana, espaços de conflitos entre classes, e elemento agregador constituinte de um regime de imagens.

Por essa compreensão dos regimes de imagem e aparência que este trabalho toma corpo. Compreendamos um conceito primordial que norteia nossa abordagem: a cidade enquanto artefato cultural.

Já foi dito que a cidade é elemento humano e de sua total criação. Para compreendermos esse último conceito comentado, é necessário buscarmos na interpretação de Otoni Mesquita essa ideia geradora da interpretação principal desse trabalho. A citação a seguir é fruto da rica junção entre História e Artes que nos brinda com a seguinte colocação, “ao mesmo tempo em que o homem atua transformando a matéria, esta promove novas percepções em seu autor.” (MESQUITA, 2009, p. 19).

Ou seja, a compreensão da modificação e estrutura de uma cidade-artefato pode nos levar a compreender a reação que tal modificação proporciona no homem, criador e criatura de seu artefato. Tal é a importância da História interessar-se pelas cidades.

Dessa troca entre criação e criatura, esse efeito recíproco de novas ideias, interpretações, reações, é que a cidade compõe seu quadro imagético de representação.

A leitura das imagens da cidade (no caso em específico, os mapas), nos revela dados importantes acerca do processo histórico urbano, por tratar-se de algo íntimo da compreensão histórica da cidade, tanto quanto a documentação escrita, “o caráter visual das imagens é capaz de expressar argumentos tão eficazes quanto as explicações discursivas, traduzindo desejos e princípios idealizados.” (MESQUITA, 2009, p. 20).

No caso de Manaus, a partir dos estudos realizados é possível deduzir que havia clara intenção de demonstrar ou mostrar uma sociedade e também uma cidade “civilizadas”. Para tanto, o Estado através de sua administração tentava aplicar os padrões de época. Somente após o período que compreendemos como *refundação*, é que se poderão notar os esforços em ressaltar a aparência e os valores comprometidos com a ideia de civilização, progresso e modernidade. Neste sentido a imagem da cidade ganha destaque, sobretudo, em seu tratamento embelezado. A sociedade urbana passa então a impor valores de aparência, portanto, a imagem da cidade é apresentada como uma vitrine exposta (MESQUITA, 2009).

Partindo das imagens dos mapas de Manaus, os mesmos denunciam iconograficamente um espaço urbano que estabelece-se como cenário de conflitos entre a prática civilizatória e a natureza. O que se dá de forma alarmante e como em nenhuma outra cidade, visto a localização de Manaus. Porém a natureza-inimiga também é construção histórica do homem.

No século XIX observamos que o homem cada vez mais aproxima-se da objetividade científica, consumando os saberes como ferramentas de manipulação do poder (FOUCAULT, 1979), afastando assim o homem de seus primórdios primitivos, ou seja, a natureza é construída historicamente como empecilho da prática civilizatória.

De acordo com a geógrafa Ana Fani Carlos, “o desenvolvimento histórico produz um espaço a partir da unidade dialética homem-natureza.” (CARLOS, 2009, p. 29).

A partir dessas indagações acerca de questões como progresso, prática civilizatória, imagem enquanto discurso e relação homem-natureza que partimos para a análise dos mapas enquanto fontes de pesquisa, o que nos leva a ter noção de sua categoria excepcional de fonte.

### 3. DO MAPA COMO FONTE

#### 3.1. Dos mapas e o *testemunho ocular*

Ao analisarmos fontes cartográficas para a construção de um saber histórico, é necessário utilizarmos de uma metodologia analítica própria para imagens. É necessário possuir critérios críticos de leitura iconográfica e discuti-los de acordo com as ferramentas oferecidas pela História Cultural. O importante é ter noção de que são documentos como quaisquer outros e carecem de uma leitura que pouco se distancia da de um texto.

Os documentos cartográficos são imagens produzidas com a intenção de representar uma realidade, seja ela abstrata, ou física (muito embora ambas sejam reais).

Um documento dessa espécie é resultado de determinada representação acerca da realidade do mundo e provém de quem o produz. O exercício de analisar imagens nos leva a utilizar-se da categoria de análise central da História Cultural, o conceito de representação.

São através de representações acerca da cidade, que nossos mapas tentarão reproduzir imagens do real a partir de idéias e pensamentos.

Conceituando essa reflexão, Pesavento nos diz que “as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência.” (PESAVENTO, 2005, p. 39). São reflexos substitutivos que o imaginário dispõe para tornar inteligível a realidade, assim, indivíduos e grupos podem dar sentido ao mundo por meio das representações.

Novamente aproximando nosso trabalho do campo das artes visuais, o historiador e crítico de arte E. H. Gombrich nos diz que o artista, muitas das vezes, não busca reproduzir a realidade em sua totalidade e exatidão. Gombrich completa a informação

nos dizendo que o artista não reproduz a realidade, mas pode sugerir uma realidade (GOMBRICH, 2007, p. 33). Nesse aspecto, o trabalho do cartógrafo se aproxima do artista; aproximação motivada pela natureza psicológica das imagens.

Aí está o problema de nos situarmos com o tempo e o ambiente intelectual da produção cartográfica, para assim confrontarmos a realidade sugerida pelos mapas com a realidade histórica contida não em imagens, mas nos documentos oficiais do período (falas, anais, relatórios, etc.).

Podemos compreender o papel de uma imagem enquanto fonte histórica, se a lermos de acordo com Peter Burke, que analisa a imagem enquanto *testemunha ocular*. Na visão desse historiador “as imagens são testemunhas dos arranjos sociais passados e acima de tudo das maneiras de ver e pensar do passado.” (BURKE, 2004, p. 234).

Um mapa possui uma funcionalidade específica e assim como qualquer outro documento escrito está passível de leituras a contrapelo, dessa forma podemos localizar como e de onde, vem o seu olhar: de qual localização histórica se fez testemunha.

Através da análise dos mapas como fontes históricas e testemunhas oculares de um determinado passado, somos levados a não somente compreender a forma pela qual esse documento representa algo, mas também como o algo representado é interpretado por determinada sociedade - é novamente a utilização do conceito de cidade enquanto artefato.

É por meio de tal análise que é possível interpretar os pensamentos acerca dessas realidades propostas pelas imagens, e assim nos aproximarmos ao máximo dos conflitos que inevitavelmente se articulam entre a abstração idealizada (ideia, razão, ordem, civilidade, etc.) e a realidade física (empecilhos naturais, permanências culturais, etc.).

No nosso caso em específico, observaremos que as entidades ideológicas desejavam uma cidade ordenada e de acordo com seus desejos. A historiografia do urbano em Manaus já nos alega esse fato. Agora nos cabe a incumbência de lermos os mapas como testemunhas oculares de determinado período, e pela análise comparativa das fontes (tanto iconográficas quanto escritas) identificarmos e compreendermos o processo de ocupação urbana na cidade.

É o que torna possível que consigamos ler uma sociedade a partir da leitura de um mapa (RAMA, 1985).

Nossa intenção é relacionar a produção cartográfica desenvolvida no recorte temporal com a história urbana de Manaus. Essa intencionalidade entra em acordo com Fialho quando a autora expõe que “enquanto linguagem, os mapas das cidades e das paisagens

urbanas são imagens com potencialidade de serem arroladas como campo e fonte de pesquisa, possibilitando situar a investigação nas relações entre a história urbana e a cartografia.” (FIALHO, 2010).

Se a cidade é a expressão da personalidade humana (MUMFORD, 1998), o homem é fruto de um processo histórico que o constrói de acordo com o tempo. Compreendendo a cidade como uma extensão do homem na realidade, é possível nos depararmos, ao analisarmos mapas da cidade, com suas respectivas ideias. As ideias contidas nos mapas são representações mentais acerca de algo.

Poderemos enfim concluir que assim como as ideias são representações acerca da realidade, também é evidência de personalidade humana registrada e testemunhada em imagens. A leitura dos mapas nos fornece as informações sobre os modelos de pensamento do homem, sobre e para, aquela realidade existente, ou pretendida por ele.

Como a intenção é verificar causa e efeito das transformações urbanas; uma segunda categoria documental faz parte de o estudo a seguir. A leitura desses pensamentos e ideias - que são informações contidas nos mapas - nos leva a praticar outro exercício proposto nesse estudo: a vinculação das transformações processadas nos mapas com as mudanças sociais.

Para indagarmos os efeitos que essa “evolução” urbana desenvolve na sociedade, os documentos oficiais serão confrontados pela criticidade própria da História.

### 3.2. Do confronto entre as fontes

Certa vez, em um romance de Umberto Eco, deparei-me com uma menção ao ofício do historiador - o personagem principal afirmava que para o bom cumprimento do trabalho do historiador seria necessário o controle dos confrontos entre as fontes (ECO, 2005).

Pois foi essa motivação que demos continuidade ao trabalho de confrontar duas categorias distintas de fontes, os mapas e a documentação oficial.

Os mapas selecionados para o estudo foram os mapas que se apresentavam até então. Até o momento o mais antigo mapa de Manaus que se tem conhecimento é o de 1844. E para travar uma discussão com o mapa que retrata uma cidade completamente diferente, o último mapa selecionado foi o de 1893, levantado na administração de Eduardo Ribeiro. Entre o mapa de 1844 e 1893, estavam em conhecimento os mapas de 1845, 1852, 1868 e 1879. Estavam então selecionados os mapas que comporiam a discussão



em torno do contraste que salta aos olhos, entre o de 1844 e 1893. Ou seja, a escolha das fontes brotou com a discussão e o problema apresentou-se juntamente: analisaríamos o processo de evolução do espaço urbano de Manaus, perceptível pela comparação entre os mapas disponíveis e selecionados. A pergunta inicial: como foi que se deu esse processo de redimensionamento urbano visto nos mapas de Manaus?

A pesquisa deu início analisando os cinco primeiros mapas de Manaus (1844, 1844 (segunda cópia) 1845, 1852, e 1868) e situando-se em seus traçados e representações.

O modelo comparativo que utilizamos na análise dos mapas nos revelava uma informação importante, a permanência por anos da mesma cidade, sem muitas alterações em sua malha urbana. No segundo momento (1865-1893), os mapas estudados foram os de 1874, 1879 e 1893, que nos revelariam as alterações do espaço urbano visíveis agora cartograficamente. Eram necessárias vozes que nos dissessem as necessidades de tais mudanças e os impactos da construção de uma cidade sobre a outra. Foi chegado então o momento de confrontar as fontes cartográficas com as fontes oficiais, dando corpo e oferecendo descrições acerca dos aspectos físicos da cidade. Para confrontar com os mapas foi investigada a documentação oficial que compreendesse o período de 1851 a 1893. O primeiro momento da pesquisa é a reconstituição histórica de uma cidade que estagnou-se no tempo devido problemas econômicos, e relativos ao mundo do trabalho, e sem grandes mudanças. Por isso mantém a mesma imagem nos cinco primeiros mapas, e daí a importância desse primeiro momento, que é a compreensão do período anterior à *refundação*, e as motivações que fizeram com que esse período apresentasse uma permanência representativa da imagem da cidade vista nos mapas e na documentação oficial.

O que vemos na segunda e última parte do trabalho é a cidade modificada solucionada em grande parte de seus problemas anteriores (falta de mão-de-obra, materiais para construção, fatores de ordem econômica, etc.), portanto foi importante a divisão, visto que seria necessário estudar um objeto que se modifica no tempo, tão logo é necessário conhecê-lo antes de suas modificações, para que assim pudesse ser inteligível o processo de redimensionamento da urbe, bem como sua *refundação*, já que a pesquisa possui caráter de revisitação do estudo desenvolvido pelo historiador Otoni Mesquita, responsável pela possibilidade de revisão de seu trabalho, permitiu o acesso tanto às fontes cartográficas quanto à documentação oficial (que constituem vasto acervo de pesquisa), por sinal as mesmas fontes utilizadas no desenvolvimento de sua produção historiográfica.

## 4. DOS MAPAS DE MANAUS

### 4.1. Do mapa de 1844 (primeira cópia)

FIGURA 01: *Cópia da Planta da Cidade da Barra do Rio Negro*. De 1844, copiada pelo capitão João Pedro de Gusmão em 1853. Acervo do Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro.



(Mapa colorido digitalmente pelo Prof. Dr. Otoni Moreira de Mesquita)

É o mapa mais antigo que temos conhecimento. Foi levantado em 1844 e copiado pelo capitão João Pedro de Gusmão em 1853. Encontra-se no Acervo do Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro. A cópia do mapa está disponível no acervo de pesquisa do Prof. Dr. Otoni Moreira de Mesquita.

A imagem que utilizamos para algumas exposições (devido melhor nitidez) é essa que foi colorida digitalmente pelo Prof. Dr. Otoni Mesquita. O mapa nos apresenta uma imagem da cidade de Manaus que permanecerá durante muitos anos e que só demonstrará leves indícios de mudanças a partir do mapa de 1874.

As percepções e leituras desse mapa seguem as mesmas trilhas interpretativas do professor Otoni Mesquita – as informações adquiridas a partir da leitura desse mapa coincidem com as leituras e estudos no trabalho de doutoramento do professor Otoni

Mesquita. No entanto, os dados do mapa de 1844, se complementam com os dados de suas cópias: uma copiada em 1863 pelo capitão João Pedro de Gusmão, e o mapa de 1845, suspeito de ser este último mais uma cópia do mapa levantado em 1844. Procurei detalhar a disposições toponímicas na descrição do mapa de 1845, visto as melhores condições de dados desse caráter, melhor leitura e acessibilidade de cópias ampliadas disponibilizadas pelo professor Otoni Mesquita.

O mapa de 1844 apresenta características de um pequeno povoado que mantém contato próximo com a natureza, isso pode ser percebido nos limites das ruas, definidas pelas disposições dos igarapés que cortam a cidade. Já o traçado das vias é definido pela disposição dos terrenos e dos poucos imóveis.

As indicações das ruas são traçadas na direção leste-oeste, margeando paralelamente o rio Negro. As vias que se orientam no sentido norte-sul são denominadas travessas (MESQUITA, 2009). A rua Brasileira (atual avenida Sete de Setembro) é a principal via, atravessando a cidade no sentido leste-oeste e orientando seu sentido de crescimento. Em torno da rua Brasileira encontram-se as principais construções da cidade.

O mapa nos apresenta três bairros: O primeiro é o de São Vicente, cujas ruas são Manaós, São Vicente, Matriz, Estrela, Alegria, Brasileira e Lua. De travessas possui Cumã, Oriente, Olaria e Equador. Nesse bairro localiza-se o Largo da Pólvora, do Pelourinho, da Olaria e a praça da Alegria. O bairro de São Vicente está no mapa entre o rio Negro e os igarapés da Pólvora e de São Vicente, Ribeira e do Espírito Santo.

O segundo bairro é o do Espírito Santo, que possui as ruas Flores, Formosa e Nova. Possui uma única travessa que tem o nome de Remédios. É delimitado pelo igarapé de mesmo nome, pelo rio Negro ao sul, e pelo igarapé dos Remédios.

O terceiro bairro é o de Remédios. Possui as ruas Remédios e Praia<sup>1</sup>, não possui travessas. Os destaques do bairro ficam por conta do Cemitério e o Largo dos Remédios. Fica delimitado pelo igarapé dos Remédios, pelo rio Negro e pelo igarapé de Manaós.

O mapa de 1844 nos apresenta três largos: Pólvora, encontrado no espaçamento norte do mapa; Pelourinho, espaço compreendido um pouco ao sul do Largo da Pólvora, Largo dos Remédios, é ao leste do da Pólvora e também é o espaçamento à frente da

---

<sup>1</sup> Atual rua dos Barés.

Igreja dos Remédios; Largo da Olaria, próximo ao igarapé da Cachoeirinha, no extremo-leste do mapa, possui esse nome devido à Olaria ali existente.

Pode também se notar por meio da colorização digital do mapa, os igarapés que cortam a cidade, da esquerda para a direita: Igarapé de São Vicente, da Bica, da Ribeira, do Espírito Santo e do Aterro.

#### 4.2. Do mapa de 1844 (segunda cópia)

FIGURA 02: *Cópia da Planta da Cidade da Barra do Rio Negro*. De 1844, copiada pelo capitão João Pedro de Gusmão em 1863. Acervo do Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro.



Esse mapa foi descoberto como sendo uma segunda cópia do de 1844. É uma segunda cópia, pois o que nós analisamos e que dispomos para a pesquisa é o mapa de 1844, copiado em 1853. A localização do mapa original confeccionado no ano de 1844 nos é desconhecida. Os dois mapas foram copiados pela mesma pessoa, João Pedro de Gusmão. Um copiado em 1853 e o segundo em 1863.

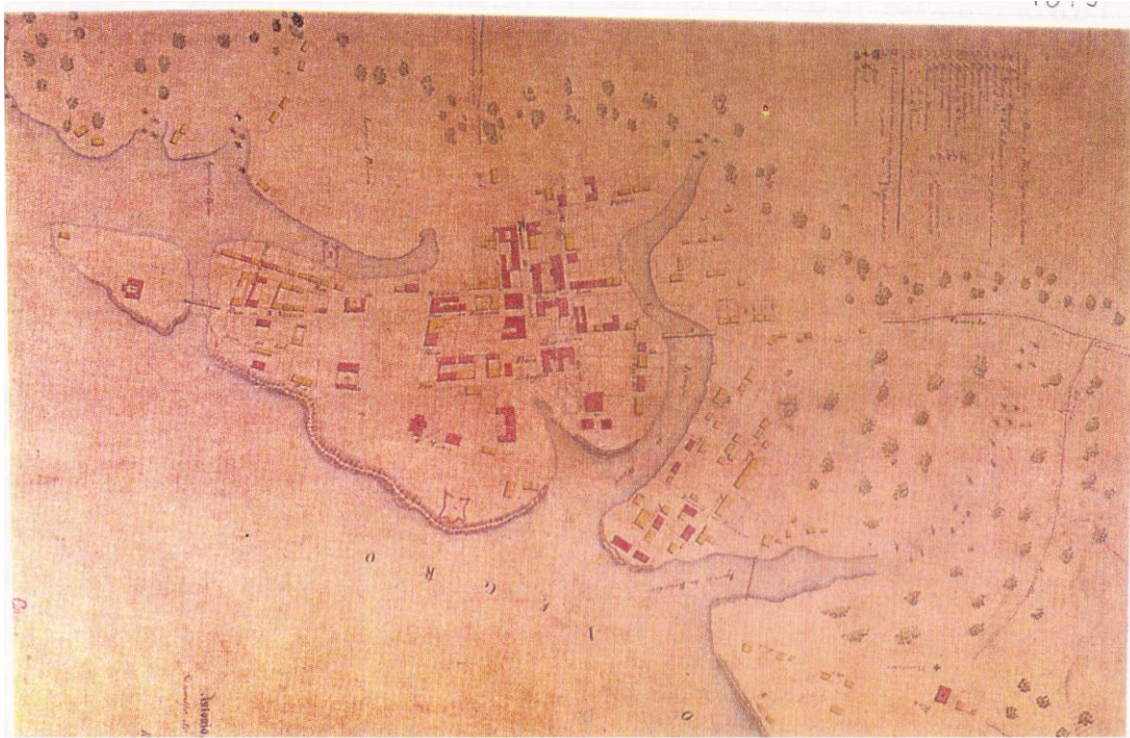
Este mapa é praticamente idêntico ao copiado dez anos atrás pelo próprio João Pedro de Gusmão, portanto as referências são as mesmas, indicações de nomes de ruas, largos e praças serão melhor disponibilizadas na leitura do mapa de 1845. Um dado diferencial a



ressaltar, é de caráter gráfico: nesse mapa podemos perceber representações pictóricas de vegetação ausentes na primeira cópia e suaves no mapa de 1845.

### 4.3. Do mapa de 1845

FIGURA 03: *Plantas das Villas de Manáos e Ega. Levantada e desenhada pelo capitão tenente Raphael Lopes Anjo. 1845. Acervo do Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro.*



Até o término da pesquisa, este mapa manteve-se como suspeito. O motivo da suspeita é sua possível origem, ou seja, pode se tratar de mais uma cópia do mapa de 1844, só que com acréscimos de elementos como mais descrições toponímicas e uma legenda.

Como se observa, ainda pode-se perceber uma representação cartográfica da mesma cidade. A diferença está no visual: uma legenda de leitura cartográfica se faz presente e desta vez, através das cores, diferenciamos as casas cobertas com telhas de barro (pintadas de vermelho), das que são cobertas com palha (pintadas de amarelo).

A legenda contém ainda informações para localizar no mapa os componentes da cidade, nos revelando a localização: da Igreja dos Remédios (a), Igreja Matriz e Nossa Senhora da Conceição (b), Forte de São José (constando a informação de que se encontra em ruínas e péssimo estado de alvenaria) (c), da Recebedoria (d), do Próprio Nacional (e),

do Quartel e da prisão (f), da Fábrica de tecidos (g), do Hospital de São Vicente (h), do Carro da cordoaria (i), da Olaria e fornos (constando a informação de que foram vendidas) (k), da Ribeira (restando alguns paus) (l), Ponte dos Remédios (m), Ponte da Olaria (n) e Ponte de São Vicente (o). No mapa também se diferencia por meio de desenhos o que é mato, igapó e arvoredado plantado.

As indicações toponímicas constituem nesse mapa seu caráter salutar para pesquisa, pois através delas podemos compreender as modificações e redimensionamentos da malha urbana nos mapas posteriores.

De leste a oeste a cidade possui as seguintes ruas: a rua de São Vicente, é a via que liga a Ilha de São Vicente (com o Hospital Militar) pela ponte de mesmo nome, ao oeste terminava no Largo do Pelourinho. A rua do Sol tem ao oeste o igarapé de São Vicente e seguia rumo ao leste até o Largo do Pelourinho. A rua da Matriz, recebia esse nome pela posição da igreja em sua extensão, fica no mapa entre o igarapé de São Vicente ao oeste, e o igarapé da Olaria ao leste, a rua de Manaós<sup>2</sup> tem ao oeste o igarapé da Pólvora e seguia até a travessa do Oriente. A rua Brasileira, principal artéria viária da cidade, vindo a ser no futuro alargada, nivelada e calçada, ainda possuía seu início no Largo do Pelourinho e se estendia até o igarapé da Olaria.

A rua da Estrella também iniciava-se no Largo do Pelourinho e terminava na travessa do Oriente. Uma importante informação é a importância das disposições dos largos e praças na cidade, constituíam grandes espaços abertos na malha urbana e garantiam certas vezes a importância de demarcadores das disposições das ruas e travessas. A travessa do Cumã seguia ao norte em direção ao Largo da Pólvora e ao sul terminava na rua da Estrella<sup>3</sup>. A rua da Alegria<sup>4</sup> iniciava-se no Largo do Pelourinho passando pela praça de mesmo nome e findando na travessa da Olaria.

A travessa da Olaria tem ao sul o rio Negro passando pelo lado oeste do Largo de mesmo nome, a travessa do Oriente<sup>5</sup> é paralela à travessa do Cumã pelo lado leste e termina ao sul na praça da Alegria, ao norte, seguia indefinidamente. A rua da Lua tem ao oeste a travessa do Oriente e ao leste o igarapé da Olaria. Seguindo a descrição das travessas temos a travessa do Equador<sup>6</sup> que tinha a leste o igarapé da Olaria e ao oeste o Largo da Olaria, mais uma disposição de acordo com os espaçamentos abertos e

---

<sup>2</sup> Posteriormente rua da Independência, e depois rua da Palma, atual rua Saldanha Marinho.

<sup>3</sup> Atual rua Henrique Martins.

<sup>4</sup> Atual rua dos Inocentes.

<sup>5</sup> Posteriormente rua da Imperatriz e depois vira prolongamento da rua de Epaminondas.

<sup>6</sup> Posteriormente travessa da Conceição.

igarapés. A travessa dos Remédios se estende do oeste no igarapé da Olaria ao leste para o igarapé dos Remédios, a rua das Flores tem ao oeste o igarapé da Olaria, ao sul o início do igarapé dos Remédios e se estende indefinidamente para o norte, a rua Formosa tem ao sul o igarapé dos Remédios cruzando com a travessa dos Remédios e paralela ao oeste com a rua das Flores, e a rua dos Remédios tem ao oeste o rio Negro e ao sul o igarapé de mesmo nome.

Partindo desses dados fica nítido, por meio da toponímia, a relação diferente da cidade com seu espaço. A situação financeira e a falta de mão-de-obra não cooperavam para que a cidade investisse em modificações, porém essas modificações podem ser interpretadas como construção histórica de necessidade, visto sob a ótica do Estado burguês. Se partirmos da intimidade refletida no nome das ruas Flores, Alegria, Sol, Lua, Estrella, etc. (bem como no número significante de construções cobertas de palha) não é possível percebermos uma necessidade latente de sobrepujar a natureza, são indícios de que a separação do homem (leia-se também cidade) e da natureza é parte do processo histórico a partir da ótica do mundo do trabalho. Ou seja, a cidade é ordenada para a ordenação do mundo do trabalho. A leitura do mapa de 1874 adianta o exercício que o professor Otoni realizou com o mapa de 1879 em seu trabalho: este mapa vem oferecer suporte teórico para essa leitura interpretativa, podendo ser perceptível em sua toponímia e insinuações de expansão, que visam sobrepujar o então empecilho natural. Por enquanto obedeceremos a cronologia de produção cartográfica e partiremos à leitura do mapa de 1852.

#### 4.4. Do mapa de 1852

FIGURA 04: Planta levantada na administração de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, em 1852.



O mapa levantado na administração do primeiro presidente da Província é conhecido e difundido por alguns como o sendo o mapa mais antigo de Manaus. Neste mapa continuamos a ver permanência da imagem de um pequeno povoado. Um aspecto peculiar nesse mapa são as veias de água que cortam o povoado, pois nesse mapa, aparecem melhor desenhadas e com novas denominações que antes não faziam constar nos mapas anteriores.

Note-se a ausência específica de nomes de ruas, característica que nos leva a crer que sua funcionalidade fosse distinta da dos outros mapas. Podendo não ser especificamente produzido para tal fim em seu tempo, mas no decorrer da pesquisa fora o mapa que possibilitou a melhor localização para o pesquisador quanto à disposição de igarapés que em mapas posteriores, ou aparecem sem indicação de nome, ou já aterrados.

Nesse mapa somos apresentados à novos bairros: Republica e Campinas, e aparece pela primeira vez a denominação da ilha de São Vicente.

Os igarapés representados e nomeados são os de São Vicente, Ribeira, Espírito Santo, Aterro, da Bicca e o de Monte Christo.

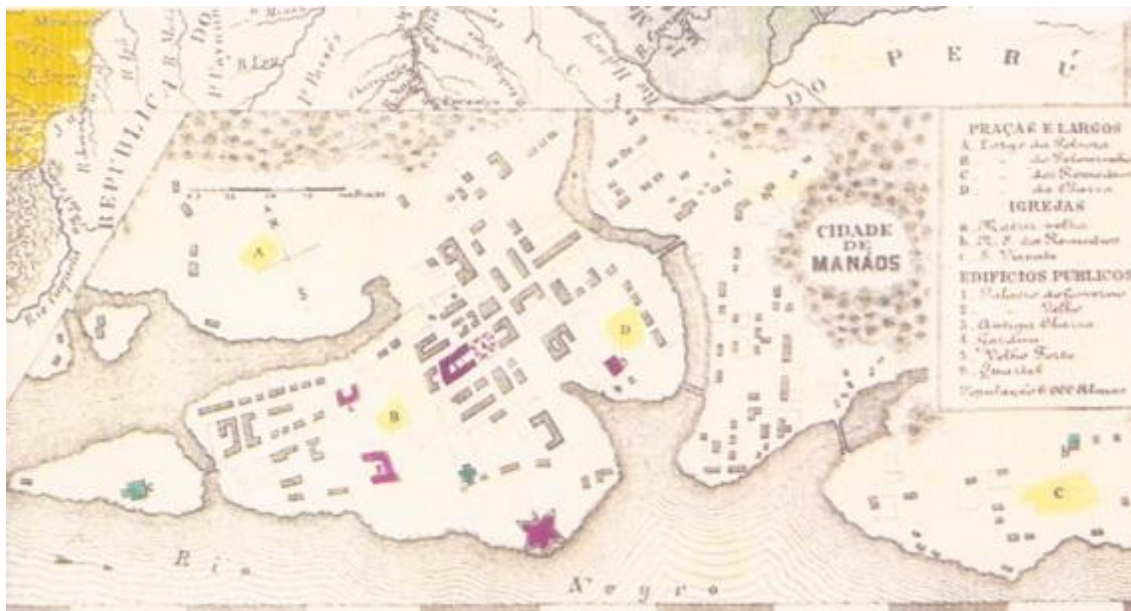
O mapa é testemunha ocular do interesse que o primeiro presidente João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha possuía em conhecer o espaço da capital para assim poder



encontrar meios de contornar os problemas apresentados e retirá-la da situação difícil (física e econômica) em que a encontrou.

#### 4.5. Do mapa de 1868

FIGURA 05: Mapa de Manaus de 1868 *in* Atlas Cândido Mendes.

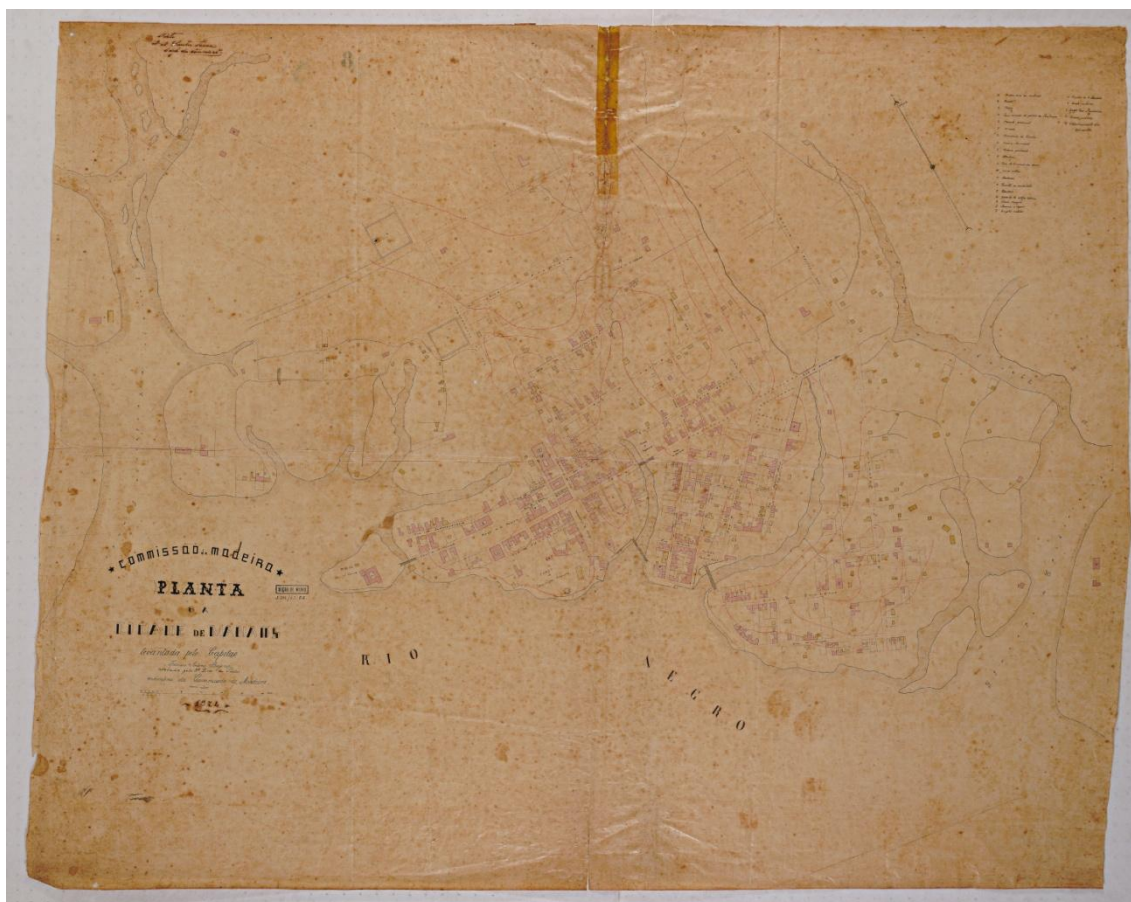


Mais um mapa com suspeita de ser cópia do de 1844. Porém tal suspeita não dificulta tanto sua análise, visto as diferenças apresentadas por esse mapa encontrado no primeiro atlas brasileiro, organizado pelo senador Cândido Mendes. Note-se a permanência da imagem da cidade – a mesma imagem presente nos mapas anteriores (um pequeno povoado de poucas edificações obedecendo a posição de igarapés e margeando o rio Negro), portanto sustenta-se a cidade sujeita à natureza e muito diferente do que virá a ser em sua *refundação*. Assim como o mapa de 1845, possui uma legenda de leitura cartográfica que oferece a localização no mapa das Praças e Largos: por meio das letras e da legenda, localiza-se facilmente o Largo da Pólvora (representado pela letra A), o do Pelourinho (representado pela letra B), o dos Remédios (representado pela letra C) e o da Olaria (representado pela letra D); As Igrejas: Matriz velha, Remédios e S. Vicente; E os Edifícios Públicos: Palácio do Governo, Palácio Velho, antiga olaria, jardim, velho forte e quartel.

Consta uma informação demográfica abaixo da legenda, a seguinte: “população: 6.000 almas”.

## 4.6. Do mapa de 1874

FIGURA 06: Planta da Cidade de Manaus levantada pelo Capitão Feliciano Antonio Benjamin e nivelada por Dias dos Santos, membros da comissão do Madeira, em 1874. Arquivo Nacional, cota 4M/MAP120. Rio de Janeiro.



Este mapa fora consultado no CENDAP, o original encontra-se no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Em 1874 surge o interesse quanto às demarcações nas fronteiras dos rios Madeira e Javari, deste interesse, surge a comissão do Madeira demarcando fronteiras e estudando cartograficamente a região de interesse. Este mapa é fruto das operações desta comissão. Como bem revela seu título, fora levantada por Feliciano Antonio Benjamin, capitão e membro da comissão do Madeira juntamente com o responsável pela nivelção da planta, Dias dos Santos. No topo do mapa no canto superior esquerdo está escrito a mão a seguinte informação: “Visto” seguida da assinatura de A. A. Santos Souza, o chefe da comissão do Madeira.

É um mapa que se mostra resultado de estudo cartográfico atento, podendo ser lido claramente quanto à toponímia e indicações de relevo, desniveis e etc. O traço limpo nos mostra uma cidade com visíveis marcas de crescimento e pretensões de expansão

em sentido norte, adiantando em cinco anos a leitura correta do professor Otoni Mesquita, quando este estudou e compreendeu as mesmas linhas indicativas de crescimento no mapa de 1879. Portanto as linhas suaves e insinuantes de expansão rumo norte analisadas no mapa de 1879, já são vistas neste mapa anterior, cooperando assim para melhor análise do processo histórico de ocupação da cidade de Manaus.

O mapa não tem o mesmo indicativo do mapa de 1845 que difere por meio de cores, as construções cobertas com telhas de barro e as cobertas com palha, as cores permanecem (algumas construções pintadas de vermelho e outras de amarelo) mas não nos precipitemos na interpretação afoita.<sup>7</sup>

Uma legenda cartográfica se faz presente no canto superior direito do mapa. Constan nela as indicações por letras das disposições dos determinados elementos: Quartel (A), Cadeia (C), Casa [ilegível] da província do Amazonas (D), Palacete Provincial (E), Mercado (F), Thesouraria da Fazenda (G), Camara Municipal (H), Thesouro provincial (I), Alfandega (K), Casa do Comando de Armas (L), Escolas públicas (M, V e Z), Seminário (N), Quartel em restauração (O), Cemitério (P), Depósito de artigos bélicos (Q), Olaria Tapajós (R), Serraria [ilegível] (S), Hospital Militar (T), Capella de S. Sebastião (U), Igreja dos Remédios (X) e Estabelecimento dos Educandos (W).

A legenda por si já denuncia um crescimento da cidade em questão de número de construções, concluídas ou em andamento. Esse suave crescimento é resultado de um novo favorecer economico (da atividade extrativa em especial) e de uma melhor demanda de mão-de-obra (como visto em relatórios e falas da década de 70 a 90, a utilização de braços imigrantes estrangeiros e nordestinos, assim como a mão-de-obra dos presidiarios, foram essenciais para essa melhoria) sendo que nos anos de 1870 até os anos iniciais do século XX é o período de maior crescimento da cidade.

Caminhando pelas ruas do mapa de 1874, temos a permanencia da rua de São Vicente que continua ligando por meio da ponte a Ilha de S. Vicente, mas ao invés de terminar no Largo Pelourinho que deixou de existir dando espaço para a Praça Pedro II, a rua de São Vicente segue até a rua da Imperatriz<sup>8</sup>, substituindo a rua da Estrella como esclarece Otoni Mesquita (MESQUITA, 2009, p. 160). Esta rua da Imperatriz se inicia no rio Negro ao sul e segue em direção ao norte rumo a floresta. A rua da independencia inicia no igarapé de S. Vicente e termina na rua da Imperatriz, a rua dos Innocentes

---

<sup>7</sup> Visto que no código de posturas de 1872, ficara proibido a edificação de casas cobertas de palha, quem o fizesse, corria o risco de demolição da obra (1872, p. 108).

<sup>8</sup> Atual rua da Instalação.

aparece na margem leste do rio Negro e termina em uma praça em construção e que virá a ser a Praça da Constituição. Da rua da Imperatriz temos a rua 9 de setembro que seguindo ao leste tornava-se extensão da rua Henrique Martins. Esta última surge pela primeira vez neste mapa substituindo a rua da Estrella. A rua Henrique Martins a oeste passando o igarapé do Espírito Santo tornava-se a rua 9 de setembro e ao leste terminava na travessa da União.

Uma polêmica quanto à mudança de nomes das ruas Flores, do Imperador, Formosa e travessa dos Remédios se tornou incômoda na classificação dos nomes das ruas vistas neste mapa de 1874, essa confusão se mostrou na pesquisa do professor Otoni Mesquita no momento de estudo comparativo dos mapas de 1844 e 1845 com o de 1879, visto as similaridades com este mapa de 1874 o problema apenas se mostrou mais cedo. A problemática foi solucionada no trabalho do professor Otoni Mesquita que esclarece da seguinte maneira: “A rua das Flores passa a denominar-se rua do Imperador, a rua Formosa passa a denominar-se rua das Flores (...). A travessa dos Remédios passa a chamar-se de travessa Formosa.” (MESQUITA, 2009, p.161).

Essa constante modificação de nomes é frequente objeto de tropeço quanto às localizações históricas da cidade ao longo do tempo. Esta “nova” rua das Flores (antiga rua Formosa) iniciava-se no rio Negro ao sul e terminava na rua Brasileira, a rua do Imperador (antiga Flores) tinha seu início também no rio Negro e termina também na rua Brasileira e é a atual rua Marechal Deodoro. A travessa Formosa (antiga travessa dos Remédios) não é localizável no mapa de 1874, ao invés da travessa, temos a rua Formosa que ao oeste tem o igarapé do Espírito Santo e ao leste o igarapé de Manaós.

Aparece pela primeira vez a nomeação da rua Marcílio Dias, mantendo sua posição até os dias atuais, a rua do Espírito Santo que iniciava-se no ig. de Manaós e findava-se na rua Miranda Reis (extensão ao leste da rua Brasileira).

A travessa da União se faz presente no mapa e seguia da rua Brasileira até a rua da Palma ao norte. Esta por sua vez se estendia para o oeste até o ig. de S. Vicente e para o leste seguindo indefinida. Algumas travessas como a Cumã e a Equador estão inominadas no mapa, assim como no mapa de 1879, mas possuem traçados presentes – isso foi percebido também pelo professor Otoni Mesquita (MESQUITA, 2009 p.160). A rua Ramos Ferreira está também inominada. Outra travessa, a da Glória é visível agora: iniciando-se na rua do Imperador e se estendendo até o ig. de Manaós. A travessa da Matriz se apresenta do rio Negro em direção ao norte na rua do Progresso. A rua do Progresso tem à oeste a rua Epaminondas e à leste segue indefinidamente, e a rua

Epaminondas é limitada no mapa pela rua Brasileira ao sul, seguindo ao norte também sem término e objetivo definido.

A rua dos Remédios ainda possui a mesma localização e nome, inclusive até os dias atuais.

Os largos e praças tão presentes nos mapas anteriores sofrem suas alterações e outros erguem-se para se fazerem presentes nos mapas. O Largo do Pelourinho é dividido oferecendo parte de seu espaço para a praça Dom Pedro II e uma área sua (um pouco ao sul) é fechada em um quarteirão de imóveis. Ao sul da rua dos Innocentes a praça de Tenreiro Aranha fora erquida, bem próximo dali ao lado leste está a praça da Imperatriz. No espaço que compreendia ao Largo da Olaria está a ser construída a praça da Constituição. Ao norte um pouco isolada do movimento está a praça de São Sebastião, constam ainda a praça Riachuelo na extensão da rua Brasileira, e ao norte dela e ao sul da rua Henrique Martins aparece a praça Paysandú (posteriormente aterrada em 1881). Na extensão da inominada rua Boa Vista no lado norte da ponte sob o igarapé do Aterro está também agora a praça de Tamandaré. O largo da Pólvora apesar do espaçamento compreendido pouco habitado não aparece nominado no mapa, bem como o largo dos Remédios.

O detalhe curioso deste mapa, e que tornará o mapa de 1879 herdeiro da dúvida, é o nome da atual rua dos Barés, que tanto neste como naquele, surge com o nome de Bareges. Para Otoni Mesquita trata-se de um equívoco (MESQUITA, 2009, p.161), caso seja um erro, o mesmo permanece durante cinco anos até o mapa de 1879, quando foi percebido pela primeira vez. Já no mapa de 1893 a rua dos Barés surge pela primeira vez com o nome corretamente grafado.

Outro detalhe a ser ressaltado é a aparição pela primeira vez da rua Bela Lembrança<sup>9</sup> (posteriormente conhecida como Costa Azevedo) que se estende da rua do Progresso ao norte até a rua da Palma ao sul. Outro dado importante é a rua 7 de Dezembro que vai do rio Negro ao sul, até o norte quando passa a chamar-se estrada Correia de Miranda.

Este mapa é salutar quando propomos um interesse de crescimento prévio pela administração, não é definitivo, mas denuncia a intenção. As tímidas ruas surgem aos poucos no espaço norte da cidade, como a rua do Progresso e a ainda sem nome Ramos Ferreira, esta última constituindo o limite norte da cidade, daí a localização do cemitério na mesma rua. Indício de expansão, pois pelo código de posturas amparado pelo

---

<sup>9</sup> Em alguns documentos oficiais essa rua aparece sob o nome de Feliz Lembrança.

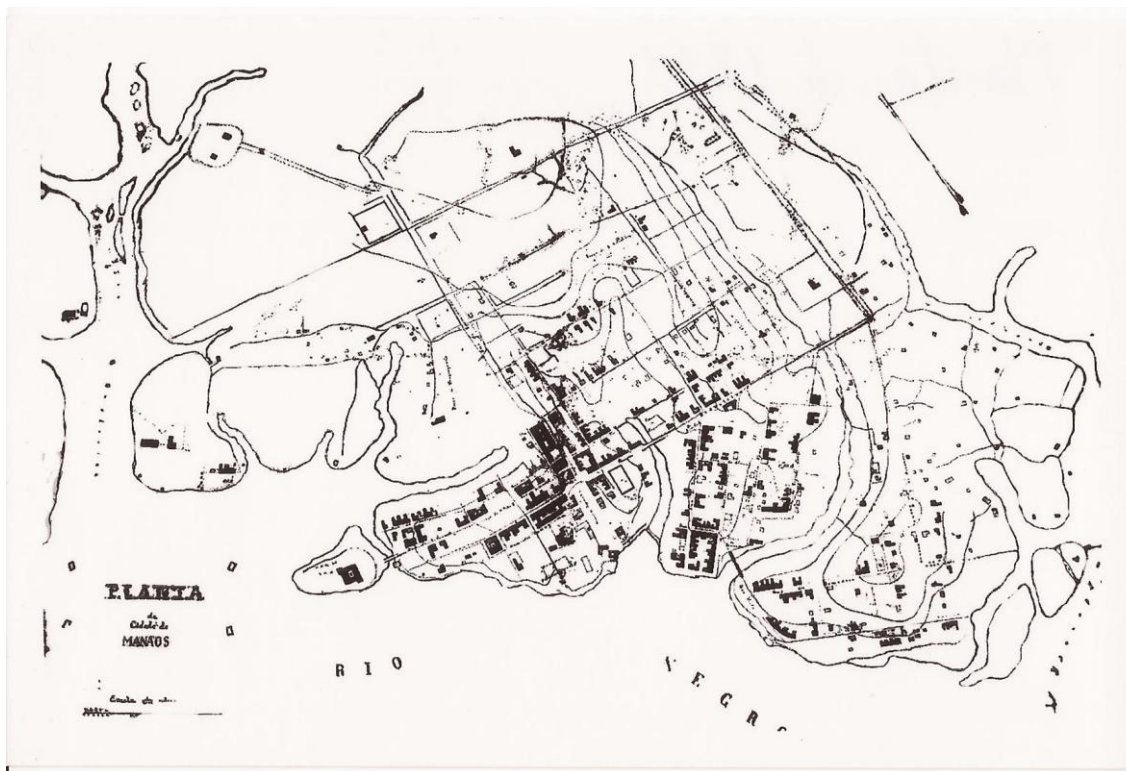


discurso higienista, o cemitério deve permanecer afastado dos focos demográficos. Com isso e com as solitárias disposições dos imóveis no norte do mapa, sabemos que as condições ainda inexploradas contrastam as ambições de crescimento, e isso vemos nas ruas que se iniciam no rio Negro e nos principais igarapés que praticamente não levavam a lugar algum. Mas suas existências e representações nos mapas trazem consigo as ideias - dos administradores - de expansão.

Essas ruas tornam-se por meio dessas intenções esboços de um futuro crescimento ordenado e racionalizado, concreto ou não, mas existente e desde já sendo construído historicamente como necessidade de civilização.

#### 4.7. Do mapa de 1879

FIGURA 07: Planta da cidade de Manaus, do Archivo Militar, assinada com a data de 26 de fevereiro de 1879; copiada pelo Capitão Tenente Raphael Lopes Araújo. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro. (imagem realçada).



Este é o mapa que constitui um dos principais indicativos para a hipótese de *refundação* da cidade de Manaus. O professor Otoni Mesquita ao compará-lo com os mapas de 1844 e 1845 (compara a estes devido a maior quantidade de informações contidas

toponímicas e iconográficas) evidencia os primeiros indicativos de um projeto de crescimento e ordenação urbana.

Seguindo as pegadas deixadas na trajetória de seu trabalho, procuramos recolocar essa discussão, revisitando as fontes utilizadas na elaboração da tese. Nossa revisita conta com um brilho próprio que é a inserção do mapa de 1874 na discussão, contribuindo com um indício a mais e antecipando em cinco anos os indicativos de mudanças, já que o mesmo traçado insinuante que se faz presente no mapa de 1879 é também mostrado no mapa de 1874.

Referimos-nos aqui ao quadrado de avanço para o norte que compreende à ainda inominada Ramos Ferreira ao norte, ao sul a rua Brasileira, ao leste a estrada Correia de Miranda e a oeste a rua Epaminondas. Esse quadrante cooperará para a possibilidade de acesso e habitação à essas zonas mais afastadas do centro de movimento da cidade, que tem como eixo a rua Brasileira.

Os mapas de 1874 e 1879 constituem, portanto o início de uma ruptura com o sentido de crescimento leste-oeste que vigorou durante muitos anos. É o que torna perceptível que o processo se deu, de forma lenta vivenciando problemas que se desdobraram em diversos setores responsáveis pela administração da cidade. E que somente a partir da década de 70 é que se torna visível pelo testemunho ocular cartográfico o redimensionamento da malha urbana da capital da província. O esforço a ser feito na descrição deste mapa será apoiado na revisão do trabalho do historiador Otoni Mesquita, porém apoiado também em uma leitura própria que possibilitou o diagnóstico de algumas mudanças (leves, mas não desimportantes) entre os mapas de 1874 e 1875.

As ruas e localizações de um mapa a outro são praticamente as mesmas com exceção de algumas novas aparições e nomeações como o caso da praça de Uruguayana no lado oeste da rua Epaminondas, no espaço que antes compreendia o largo da Pólvora. Outra exceção é a primeira vez que aparece o nome da rua de Boa Vista no bairro dos Remédios. O nome da rua dos Bareges permanece em suspeição de erro desde o mapa de 1874.

Não fossem estes diferendos seria até possível ser uma cópia do anterior, sendo até mesmo a disposição dos imóveis praticamente a mesma. Mas é justificável visto a aproximação de tempo entre os mesmos.

O próximo mapa seguinte a esse é determinante para posição da pesquisa, é o mapa republicano de 1893, nele veremos as mudanças mais significativas que comprovam em imagem uma cidade em si mesma diversa da retratada pelo mapa de 1844.

#### 4.8. Do mapa de 1893

FIGURA 08: Carta cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manaós. Levantada por João Miguel Ribas e desenhado por Willy Von Bancelis. Lisboa: Cia. Nacional, 1895. Acervo Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.



Enfim chegamos ao último mapa. A carta cadastral de 1893 é o mapa que representa a cidade virada de costas para o rio Negro, voltada para o norte, redesenhada de maneira mais racional, disposta em quarteirões de proporções similares, com ruas e avenidas alargadas e modificadas, além das novas aberturas de vias que facilitariam o povoamento habitacional das áreas mais afastadas do litoral. Todos esses dados sustentam o mapa como um dos elementos determinantes da refundação da cidade. Os traços vistos nos mapas de 1844 e 1845 agora são referentes a uma parte mínima da



cidade retratada no mapa, são agora referenciais históricos do processo de ocupação, pois o que vemos a partir de então é uma nova cidade, senão a proposta idealizada de uma nova cidade. E isso se dá em diferentes âmbitos, pois traz consigo os elementos históricos típicos do período, como o cientificismo positivista: conjunto de ideias e diretrizes de cunho ideológico, ou seja, ideias que antecedem a prática, nesse caso a racionalização para o exercício da ordem. A cidade de Manaus vista no mapa de 1893 é a cidade ordenada, orquestrada pelo pensamento para melhor organização de seu funcionamento. Esse novo momento é político, pois se trata agora de um período republicano, um novo momento em que as raízes tradicionais e familiares da monarquia são suplantadas por monumentos que buscam esquecer o passado de “atraso”<sup>10</sup> e passam a olhar o presente como construção de um futuro, daí as ideias antecederem a prática da ação. E assim os mapas constituem documentos importantíssimos de representação do presente para idealização de um futuro, ou representação futura de algo almejado para o presente.

Este mapa fora requerido durante a administração republicana, de um homem de formação militar (seguidor de Benjamin Constant) e íntimo conhecedor de engenharia e demais ciências matemáticas, como tal o mapa é reflexo desse conjunto de ideias e valores desse administrador e de seu tempo. Este documento cartográfico faz parte do plano de arruamento, citado pelo governador Eduardo Ribeiro que disse que a planta seria um “trabalho importante que habilitará o Governo a conhecer o cadastro da cidade, dentro do perímetro urbano, com exacta discriminação das propriedades, facilitando assim a organização de um completo plano de arruamento.” (1893, p. 13). As palavras do próprio idealizador traduzem as leituras de que o mapa de 1893 é o mais racional do conjunto cartográfico da cidade de Manaus e uma das necessidades mais sentidas por Ribeiro: “Era uma necessidade palpitante o conhecimento perfeito da divisão territorial e da orientação das diversas ruas e praças públicas, afim de executar gradualmente um arruamento mais conforme ao embellesamento desta capital.” (1893, p. 11). Constitui-se como documento importante para a aplicação de um domínio que requeria conhecimento prévio.

O mapa possui portanto um padrão de confecção mais elevado do que os anteriores, possui escrita impressa e é cartograficamente mais metuculoso. Possui também uma legenda no canto inferior direito com as indicações numeradas dos principais pontos de

---

<sup>10</sup> Legitimação que se dá por intermédio de afirmações do passado, uma sociedade monárquica é uma sociedade sustentada por dados históricos correspondentes que dão grau de verdade para o presente.

referencia da cidade: Palacio Novo (1); Palacio (2); Quartel da 36° infantaria (3); Quartel de Polícia (4); Corpo de Bombeiros (5); Thesouro (6); Alfandega (7); Cadeia (8); Imprensa Official (9); Lyceu (10); Theatro (11); Mercado (12); Caixa d'Água (13); Hospital de Santa Casa (14); Igreja Matriz (15); Igreja S. Sebastião (16); Igreja Nossa Senhora dos Remédios (17); Cemitério novo (18); Cemitério velho (19); Velha Thesouraria (20); Instituto Benjamin Constant (21) e Escolas Públicas (22). Esses dados são importantes para afirmar maior número de edificações importantes para o funcionamento da capital do Estado, demonstrando até certa comodidade para os beneficiados por um Teatro, escolas mais capacitadas pedagogicamente, hospitais melhores, etc. No canto inferior esquerdo uma outra legenda se faz presente e nela consta referencias à trajetória dos bonds que conectavam a cidade e contribuíram para sua movimentação urbana, oferecendo um caráter e um tempo capitalista mais dinâmico e de acordo com as demais capitais da República – está assim na legenda: Linha I: Praça da República, rua Municipal, Porto da Cachoeirinha e praça Rio Branco; Linha II: Praça dos Remédios, praça 15 de Novembro, estrada Epaminondas e porto da Cachoeira Grande; Linha III: Praça Tamandaré, praça da Constituição, praça S. Sebastião até a rua Ramos Ferreira; Linha IV: praça Tamandaré, rua dos Remédios, estrada de Nazareth, até Boulevard Amazonas; e Linha V: Praça Rio Branco até praça 14 de Janeiro. No mapa estas linhas estão numeradas e pintadas da cor vermelha.

Para que vejamos de início as modificações e diferenças deste mapa com os outros, um dos pontos principais merece ser destacado, e é a intencionalidade de perpetuação de memória através do erguimento de monumentos, ou seja, a possibilidade de legitimar no presente e para o futuro a memória política perpetuadora de poder – no caso, além dos monumentos físicos que estão relacionados historicamente até hoje com seus responsáveis e permanecem na memória coletiva dos habitantes de Manaus, me refiro à indicativas toponímicas de mesma ordem. O professor Otoni Mesquita possui as palavras necessárias quando diz que a “demonstração da consciência do significado simbólico das toponímias se revela também no processo de substituição, sobretudo ao se procurar adotar praticamente a mesma escala de valores hierárquicos. Intencionalmente, tentava se demonstrar compromisso com as referencias políticas e sociais da época. Assim, as referencias mais proeminentes do Império são substituídas pelos principais valores republicanos.” (MESQUITA, 2009, p.161). Os exemplos mais claros disso é o nome da praça D. Pedro II que passa chamar-se praça da República, a praça da Imperatriz torna-se praça Quinze de Novembro, a rua do Imperador é agora a rua

Marechal Deodoro, parte do antigo largo da Pólvora é agora a praça General Osório, surgem as praças: Floriano Peixoto, Constituição, praça General Carneiro, rua dos Andradas, Quintino Bocaiúva, Marquês de Santa Cruz, Duque de Caxias, Visconde de Porto Alegre (MESQUITA, 2009).

A busca incessante por uma identidade nacional, intimamente brasileira faz como que nomes de ruas, avenidas e praças adotem homenagens à personalidades locais, cidades regionais etc. É o caso e nome das ruas que surgem, como Antimari, Apurinã, Airão, Barcelos, Borba, Canaçari, Canutama, Carauari, Coari, Codajás, Gurupá, Humaitá, Itacoatiara, Japurá, Manicoré, Maués, Nhamundá, Parintins, Pixunas, Silves, Tefé e Waupés (MESQUITA, 2009). Essas ruas foram abertas durante os anos 90 do séc. XIX e localizam-se em sua maioria no lado leste do igarapé da Cachoeirinha, constituindo assim indícios da ocupação lateral da cidade, transpondo a limitação que era imposta por esse mesmo igarapé no passado, como vimos nos outros mapas.

A Ilha de S. Vicente já aparece aterrada pela primeira vez. As praças Tenreiro Aranha, S. Sebastião e Uruguayana permanecem com o mesmo nome, já outras aparecem pela primeira vez, como é o caso da praça dos Remédios (apesar do espaço existir desde o mapa de 1844, é a primeira vez que aparece denominada como praça), Praça Monte Cristo, praça Quinze de Novembro, praça General Osorio, praça 5 de setembro, praça Rio Branco, Floriano Peixoto, 14 de Janeiro e General Carneiro. A praça Paysandú fora aterrada em 1881.

Muitas ruas tiveram seus nomes alterados como: a rua de Bela Lembrança surge agora como Costa Azevedo, a rua do Progresso é agora Dez de Julho, a da Constituição é agora Ramos Ferreira, a rua da Imperatriz vira prolongamento da Epaminondas, a rua da Palma vira Saldanha Marinho, a rua Brasileira vira Municipal, a rua Tarumã passa a denominar-se Leonardo Malcher e Tarumã torna-se o nome da rua ao norte da Dr. Machado. Fruto de aterros, temos então a Avenida do Palácio, recebendo esse nome pela posição do palácio em construção, cuja posição em conjunto com o Teatro, e o Palácio de Justiça a tornava a via de mais nova importância da cidade.

É de suma importância perceber o processo de ocupação da cidade se dando de forma dependente da economia e do mundo do trabalho, mas indo um pouco além disso, é importante visitarmos o cenário desses desdobramentos, propomos nesta pesquisa a visita das ruas da cidade, as veias dos mapas, o palco da história dessas modificações da malha urbana de Manaus.

## 5. BREVE HISTÓRIA SILENTE DAS RUAS

Quando escrevo história silente das ruas quero afirmar que o exercício aqui é de oferecer a oportunidade de dar vozes a determinados acontecidos que alteraram os modos de vida dos habitantes, tendo as ruas como elemento de fundo desses movimentos históricos. Ou seja, as ruas criando seus tipos sociais e culturais a partir da modificação de seus espaços.

Avé-Lallemant caminhou pelas ruas da cidade quando aqui chegou em 1859, ou como ele mesmo disse: “se é que se pode falar de ruas ou duma cidade, consistem em meros lanços, términos, esquinas e interrupções.” (1980, p. 101). De fato as ruas da cidade como mostram os cinco primeiros mapas eram mesmo irregulares e dispostas de acordo com os ditames naturais. As ruas eram constantes temas de reclamações por parte dos presidentes da província.

Em 1864, o presidente Adolfo de Albuquerque Lacerda lamentava o “estado tristissimo das ruas”, no qual dizia que mais do que o aformoseamento da cidade, o reparo das ruas era salutar pelo bem-estar dos habitantes, que corriam riscos ao transitarem de noite, pois as ruas eram “irregulares e cheias de fundas excavações.” Contrariando seu antecessor, o presidente privilegiou a quantia que seria destinada à iluminação para investir no melhoramento das ruas da cidade. Finaliza com uma forte afirmação: “a iluminação má é o mesmo que não tê-la, ou peior ainda porque custa dinheiro; boa torna-se uma despesa gravosa.” (1864, p. 120).

Esse episódio mostra a importância que as ruas possuíam para a administração. Atrasou-se a iluminação preferindo ruas melhores ao invés de ruas iluminadas. Juntamente com a edificação de prédios públicos e particulares, as ruas padeciam pelo déficit financeiro que seria necessário para uma completa reforma, e agregado a isso, a falta de trabalhadores. Assim foi durante um bom tempo sendo reparadas aqui e ali de maneira tímida, o que resulta em um traçado que permanece retratado como igual até o mapa de 1879.

A ligação das ruas com a produção cartográfica é bem íntima, algumas vezes fora cogitado a possibilidade de paralisação de qualquer abertura de rua, sendo que antes não houvesse uma planta eficiente, e quem disse isso foi o presidente João Wilkens de Mattos quando afirmou que “(...) a cidade vai levando um plano muito defeituoso e minha opinião é que não se continue a abrir ruas, estradas, nem praças, sem que

primeiro haja uma planta exata do estado actual da cidade (...)” (1869, p. 627 e 628). O presidente reclamava da ausência dessa planta - não sabemos da existência de um mapa mais próximo a essa queixa, o mapa que viria suprir essa carência estaria a quatro anos de distancia dessas palavras.

É importante frisar as reclamações deste presidente acerca da disposição da malha urbana, pois oferecem o testemunho irritadiço da situação, no mesmo relatório ele conta que um dos principais defeitos dessa capital eram as quadras acanhadas e as ruas demasiadamente estreitas (1869, p. 628), além do que, segundo ele o clima também não cooperava para ruas tão estreitas. João Wilkens de Mattos dizia que em “um clima como o nosso, as quadras ou quarteirões devem ser de 100 metros pelo menos, de face, e as ruas, de 20 de largura.” (1869, p. 628). Nos códigos de posturas municipais de 1872, as ruas deveriam possuir a largura de 16 metros de casa para casa, além de 2 metros de calçada (1872, p. 110) e de acordo com a Lei nº 29 de 31 de julho de 1893 deveriam possuir seus nomes escritos em chapas de ferro esmaltado de ambos os lados, constando escritos os nomes em letras brancas sobre fundo azul (1893, p. 123).

João do Rio escreve em *A alma encantadora das ruas* que “nas grandes cidades a rua passa a criar o seu tipo, a plasmar o moral dos seus habitantes, a inocular-lhe misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas.” (2008, p. 41). E Manaus conforme cresce traz consigo para suas ruas novos costumes, novas ideias, e novo discurso. A rua sendo extensão externa da casa do habitante da cidade é vivenciada pelos hábitos típicos de determinada região, a rua agrega todos os habitantes sob um espaço sentimental coletivo, se em um código de posturas como o de 1872, vem a proibir o vozerio, a jogatina, o banho nu no igarapé, o disparo de flecha no meio da cidade (1872, p. 116-126), são evidências de que conforme a rua vai se tornando um espaço melhor visitado por quem domina o poder do discurso, a rua se torna equipamento de adestramento de corpos.

João Wilkens de Mattos diz que “o aceio e a higiene exigiram que as principais ruas da cidade fossem empedradas e calçadas.” (1870, p. 743). Como é possível o asseio e a higiene exigirem algo? As ruas foram provavelmente empedradas para o uso de alguns, e conforme se vê na cronologia que fizemos a respeito das modificações viárias que algumas ruas foram privilegiadas pelas mudanças, portanto um interesse que detém o controle do poder é quem determina o asseio e a higiene como vozes de requerimento de algo.

Essas vozes alteraram verdadeiramente os modos de vida dos habitantes de Manaus, essa discussão fugiria da proposta da presente pesquisa não fosse por um dado, visível nos mapas, o perímetro alterado. Quero narrar um episódio que ilustra ambos os lados (a utilização de um mapa para compreender a alteração dos modos de vida): a proibição de chiqueiros, hortas, capinzais e cocheiras dentro do perímetro urbano. A zona de proibição coincide entre as ruas Leonardo Malcher ao norte, igarapé de Manáos ao leste, rio Negro ao sul e Luiz Antony ao oeste. Com essa informação compreendemos qual era em 1893 a área considerada urbana da cidade, mas se era área urbana, como um comportamento tipicamente rural ainda era praticado? A resposta é que essas vozes de proibição eram típicas de seu tempo, possuem caráter ideológico, nesse caso, partem do campo das ideias antes de vivenciar a prática. Os costumes provincianos vigoravam em pleno processo de modernização da cidade, e as ruas niveladas, calçadas e embelezadas coexistiam com hortas e chiqueiros nos quintais. São dados inexistentes nos mapas, que quando lidos de acordo com suas propostas tem o interesse de nos convencer de suas linhas ordenadas e matemáticas.

Além das ruas temos a aberturas de estradas. Avançando a área de habitação urbana de Manaus no sentido oeste, acabaríamos chegando à Colônia Maracajú. Essa colônia abrigava um grupo de emigrantes cearenses que vieram e amenizaram o velho problema da falta de braços para o trabalho. O problema era que a colônia era um tanto afastada e de difícil acesso. Foi em 1881 que uma estrada fora aberta entre o igarapé da Cachoeira Grande e o caminho para a dita colônia. Segundo nos diz o presidente Alarico José Furtado, a estrada evitava a passagem pelo interior da cidade e facilitou o transporte desses trabalhadores. E são esses trabalhadores responsáveis por grande parte da mão-de-obra no que diz respeito a melhoramento de ruas e praças (1881, p. 38). Quando citamos melhoramentos de ruas, estamos citando ao mesmo tempo, o plano de embelezamento da cidade e a facilitação e comodidade de acesso a terminadas áreas, como por exemplo, os dez anos de intensos nivelamentos das ruas.

Os nivelamentos eram necessários, pois além da melhoria de locomoção, eram primordiais para o implemento dos bondes. Segundo o governador Eduardo Ribeiro os nivelamentos eram de extrema importância, como afirma em suas palavras: “Entre todas as obras que estão se executando em Manáos, têm lugar eminente, na minha opinião, as que se destinam a corrigir o relevo acidentado do solo, tornando exequível o estabelecimento d’um tramway (bonds) que ofereça rápido e commodo transporte.” (1893, p. 9). Esta atenção é uma das diferenças entre os mapas de 1874, 1879 e 1893,

quando os dois primeiros retratam os desníveis e declives da cidade, o último vem a retratar uma cidade nivelada e com legenda referente às linhas de bondes. Além do acesso, os bondes eram importantes, pois ligavam determinadas áreas da cidade pouco habitadas, facilitando assim o povoamento dos arrabaldes da cidade, oferecendo os indícios de que o processo de ocupação urbana da cidade de Manaus não privilegiou apenas a expansão norte, como também não descartou o povoamento leste-oeste.

### 5.1. Cronologia de mudanças físicas das ruas de Manaus

A cronologia a seguir é relativa às mudanças ocorridas nas ruas de Manaus. São elas reformas, calçamentos, alargamentos, etc. São importantes para a pesquisa pois dão movimento aos mapas estudados suprimindo o vazio de informações existentes entre um mapa e outro. Fora desenvolvida a partir das informações coletadas na documentação oficial (falas, relatórios, anais, códigos, etc.). Nela não consta maiores informações devido a impossibilidade de abarcar um contingente maior de documentos, sendo então utilizados apenas a documentação oficial registrada na bibliografia da pesquisa.

1854

Construção da nova Olaria (importante informação, pois fornece material para as possíveis reformas.)

Suave limpeza e conserto das ruas.

1867

Abertura da praça de S. Sebastião.

Abertura da rua 10 de julho.

1870

Calçamento da travessa da imperatriz.

Calçamento da rua do Imperador.

1871

Alargamento da rua da Boa Vista.

Melhoramento e embelezamento do litoral da cidade.

1872

Construção de boeiros e muralhas na rua de Manaós.

Desaterro do prolongamento da rua Brasileira para nivelamento do largo do Palacete Provincial.

Roçou-se a praça 28 de setembro<sup>11</sup>.

1876

Desaterro de parte da rua Miranda Reis e da estrada Correia de Miranda.

1880

Requerimento de mapa da cidade.

1881

Abertura de estrada entre o igarapé da Cachoeira Grande e o caminho para a Colônia Maracajú.

Calçamento da praça Pedro II.

Calçamento da rua Municipal.

Aterro da praça Paysandú.

Calçamento das ruas: dos Remédios, Barroso, Henrique Martins e parte da Itamaracá.

Construção das pontes dos igarapés de Manaós e Bittencourt.

1882

Calçamento das ruas da Glória e Marcílio Dias.

Desvio do igarapé dos Remédios.

1883

Aplainou-se parte da rua da Constituição (entre a rua Feliz Lembrança<sup>12</sup> e o igarapé do Espírito Santo).

Aplainou-se a rua da Cruz<sup>13</sup> (entre a rua Miranda Reis e 9 de novembro).

---

<sup>11</sup> Atual praça Heliodoro Balbi.

<sup>12</sup> Nos mapas essa rua é nominada de Bela Lembrança.

<sup>13</sup> Rua não localizável em nenhum dos mapas.



Aplainou-se a rua dos Mundurucús.

1884

Aterro do cais dos Barés.

Calçamento da rua Governador Vitório.

1886

Fora contratada uma planta da cidade pelo engenheiro Antonio Dias dos Santos<sup>14</sup>.

Processo de conclusão do aterro e boeiro da praça Paysandú.<sup>15</sup>

1888

Fora uma comissão designada para investigar a área conhecida como Cachoeirinha<sup>16</sup>.

1893

Escavação da rua Taruman.

Nivelamento da rua Municipal no trecho atravessado pelo igarapé dos Remédios.

Embelezamento da praça 15 de Novembro.

Aterro do igarapé do Espírito Santo até a vazante do rio Negro.

Divisão da praça 5 de Setembro em vinte e quatro lotes (área compreendida a um quarteirão fechado pela avenida do Palácio, rua Saldanha Marinho, rua Joaquim Sarmiento e Henrique Martins.

Calçamento de paralelepípedos no trecho da rua Municipal compreendido entre as praças da República e Rio Branco.

Início do alargamento de vinte e dois metros da estrada de Epaminondas para colocação de uma ponte de aço e alvenaria no igarapé de Cachoeira Grande, o mesmo que atravessa a estrada.

Foram escavadas para regularização e nivelamento as ruas Municipal e 24 de Maio, mas as calçadas ficaram bem mais altas que as ruas e careceram ajustes.

Autorização para o melhoramento do bairro norte da cidade de acordo com a lei n° 24 de 6 de julho de 1893.

---

<sup>14</sup> O resultado da planta não agradou a administração e esse documento não veio a público.

<sup>15</sup> Essa obra facilitou o trânsito no cruzamento entre a rua Comendador Clementino e Saldanha Marinho.

<sup>16</sup> O interesse era encontrar uma solução de espaço para produção industrial, agrícola e alimentícia.

## 6. CONCLUSÃO

O trabalho fora dividido em dois momentos, o primeiro momento (1844-1864) possuía o objetivo de compreender a cidade antes de suas grandes modificações. Possuía como testemunhas oculares os mapas de 1844, 1844 (segunda cópia) 1845, 1852 e 1868. Cinco mapas que retratavam a mesma cidade. As indagações surgiram e foi então que se iniciou na documentação oficial, a busca por uma resposta para essa estagnação imagética. Era necessário dar vida a esses mapas, para que pudessem falar e nos dizer o porquê da ausência de modificações, indo de encontro à fala historiográfica que defende a História como a história do progresso, nosso exercício inicial deu conta da história do que não deu certo, do que não veio e não pôde acontecer.

As modificações que a cidade viveu durante o período foram apenas alguns consertos, reparos e melhorias. Não houve grandes construções, muito menos erguimentos de algum monumento significativo. Isso se deve à ausência de mão de obra e ao pouco rendimento econômico.

Com poucos trabalhadores e sem dinheiro, o preço dos serviços e solicitação de novas obras tornava o preço muito custoso. Somado a isso estão as dificuldades de transporte, pois se a Capital não produzia com satisfação os materiais para construção, estes deviam ser comprados em outros lugares e demoravam muito a chegar. Com a demora, atrasavam-se as construções, e com esses atrasos a cidade permaneceu sendo praticamente a mesma durante os seus anos iniciais, vindo possuir algum rendimento apenas em 1864. E logo passou a render um pouco mais, cessaram-se as obras para evitar gastos.

Em abril de 1851 tomava posse da presidência da Província do Amazonas, seu primeiro presidente, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Ao assumir a presidência, Aranha encontra a Província em estado delicado. O mapa que fora levantado em sua administração não consegue por si só, nos dizer quão preocupante era o estado da capital, e não condizente com os parâmetros necessários para a ostentação de tal posição.

“Entregue tudo às vicissitudes do tempo” (1852, p. 42) com essa frase, Tenreiro Aranha passava a comentar acerca dos prédios arruinados encontrados. Em seguida propõe “fazer sahir desse estado de ruínas, e tornar aproveitáveis, os mutilados restos dos prédios e estabelecimentos pertencentes à Fazenda Publica.”

Já podemos perceber um primeiro momento de intenções de reformas logo na gestão da primeira presidência. Vale lembrar que ciente da carência de mão de obra ele afirma “fazer sahir desse estado de ruínas e tornar aproveitáveis” os edifícios e estabelecimentos, não dizendo nada sobre construção de novos prédios. A explicação para isso era que além das ruínas físicas, as heranças econômicas da Capitania não eram em nada positivas: “As rendas com que se mantinha florescente a Capitania, forão indo em decadência, a ponto de que não chegavão para a décima parte das despesas.” (1852, p. 42).

Em agosto de 1854 vem o presidente Herculano Ferreira Penna, novamente declarar a ausência de operários. Porém, para solucionar o problema o presidente havia deslumbrado uma alternativa, que acabou não dando certo: Quando ficou sabendo da existência de emigrantes dos Estados Unidos que pretendiam deslocar-se do Peru para o Brasil, animou-se. No entanto os interesses em riquezas fáceis por parte dos estrangeiros impediu que o problema de mão-de-obra fosse solucionado; os mesmos não se propuseram a integrar o corpo de trabalhadores (1854, p. 12).

Os que chegaram à cidade diziam que apenas poderiam trabalhar como retratistas, vidraceiros, fabricantes de chapéus, e outros não aceitaram outra profissão a não ser a de negociantes. Fato que condiz com a existência de mais casas comerciais na capital do que residências.

O presidente de então, Angelo Thomaz do Amaral ao dirigir-se à Assembleia Legislativa Provincial em primeiro de outubro de 1857, e até o momento uma curta administração, declarava que não havia muito a fazer em relação as obras públicas devido os “escassos meios” que dispunha. Apesar do lamento mantinha-se positivo em crer que iria “reunir os necessários elementos, principalmente trabalhadores, de que temos tanta falta.” (1857, p. 556). O problema persistiria até nas palavras de Eduardo Ribeiro em 1893.

Para a construção de vias, alamedas e ruas, Amaral cogitava empregar “os condenados à prisão com trabalho”, afinal, “retidos em uma cadêa acanhada e humida, estam ociosos arruinando a saúde.” (1857, p. 643). Essa solução fora praticada durante muitos anos e rendeu a mão de obra necessária para algumas obras de destaque como o calçamento e a ponte de ferro da rua Municipal (MESQUITA, 2009).

Em 1858, o presidente Francisco José Furtado lamentava um problema de ordem do trabalho que ia um pouco além: a mão de obra qualificada. Atentando para a falta de

engenheiros, apelava ao Governo Imperial para que os mandasse vir de fora (1858, p. 30).

O problema da falta de materiais se estendia ainda mais no ano de 1864, nas palavras do presidente Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. Tão insatisfeito quanto seus antecessores, afirmava que continuava ainda a “ser insuportável a falta de materiaes.” (1864, p. 116). O presidente dizia que o crescimento da população, tornava grande a demanda de casas, e as que existiam, eram alugadas por preços muito altos. O problema era relativo ao mercado de materiais. Algumas obras tinham de ser paralisadas até que os materiais reaparecessem no mercado. Chegavam em alto preço e a dificuldade de encomendá-los em grande quantidade, tornava ainda mais custosas as obras em andamento, assim como os aluguéis dos edifícios tornavam-se mais caros.

Dizia-se ainda que “quase não progridem as construções particulares, e que muito lentamente proseguem as poucas em andamento.” Para encerrar esse comentário acerca das dificuldades econômicas e de mão de obra diagnosticadas no primeiro momento do trabalho, cito uma frase do presidente Adolfo de Albuquerque Lacerda que expõe o modo pela qual boa parte da administração monárquica pensava acerca das modificações na cidade, dizia ele assim: “Antes a falta de um melhoramento, que a existência de um déficit.” (1864, p. 119) – assim traduz-se um porquê da mesma imagem em cinco mapas.

O segundo momento da pesquisa compreende a um levantamento de dados sobre a cidade que se redimensiona em um processo de redefinição de seus espaços, tem como imagem inauguradora desse momento o mapa de 1874. Esse momento só poderia se dar com as informações obtidas dos primeiros anos da capital, pois só assim poderia verificar-se o que fora alterado, contornando assim um antes e depois. Os mapas foram as fontes testemunhais desse processo histórico visto no segundo momento da pesquisa – utilizamos o mapa de 1874, 1879 e 1893, mapas responsáveis em retratar uma cidade que partia do favorecimento econômico e da melhoria da mão de obra, culminando na edificação de uma nova cidade, ou seja, os resultados que obtivemos até aqui são importantes para termos o elemento necessário para sustentarmos a hipótese de que a cidade de fato tornou-se outra, como vemos especificamente no mapa de 1893.

A documentação oficial compreendia os anos restantes do recorte da pesquisa (1865-1893). Percebemos até a década de 80 do século XIX, um discurso inconformado ainda com as heranças dos problemas passados persistentes, como uma reprodução da fala do primeiro presidente, administradores queixavam-se da falta de mão de obra e da escassa

economia. Depois de alguns anos, por meio de um dinamismo econômico mais ativo, e também de publicidade, a solução para o mundo do trabalho veio nos braços de emigrantes cearenses, e vezes nos braços de italianos e franceses (1876, p.625).

Nesse segundo momento da pesquisa caminhamos a maior parte do tempo, sob as pegadas deixadas pelo historiador Otoni Mesquita. Confessando que em diversos momentos os dados levantados tornavam-se ecos do trabalho desse pesquisador, a presente pesquisa revisitou lugares e documentos buscando informações novas, e na procura delas, tomou o caráter revisionário da tese de doutoramento de Otoni Mesquita. Alguns dados, ficaram suspensos pela impossibilidade de acesso a algum documento esclarecedor, como o caso de ruas desconhecidas nos mapas, como a rua Pedreira, que se mostrou para nós quando alugou-se uma casa na dita rua localizada no bairro do Espírito Santo para servir de Palacio do Governo (1856, p. 20). Ou como a rua da Cruz, aplainada em 1883 (1883, p. 73). Em suma as pegadas de Otoni Mesquita foram redentoras em diversas ocasiões em que as ruas do século XIX tornavam-se labirintos, ainda mais quando encontrávamos o Minotauro da toponímia, desafio brutal de localização histórica.

Os mapas oferecem um dos principais indícios para a hipótese de refundação da cidade de Manaus, redefendida aqui com mais veemência na segunda metade do trabalho quando os mapas já denunciavam suaves inclinações de expansão norte (mapas de 1874 e 1879), legitimando-se no mapa de 1893.

A defesa íntima dessa pesquisa é a de defender uma cidade no tempo, que vira suas costas para o rio Negro. Quero defender essa proposta, mas salientando que sim, vira-se de costas para o rio, quando não consegue expandir para o leste e oeste, pois a natureza ainda mostrava-se como fator determinante nesta região. Houve em algumas ocasiões interesses em procurar além da Cachoeirinha e da Cachoeira Grande, espaços para crescimento, e não encontrando esses espaços, a cidade virou-se para o norte acentuando uma linha vertical de crescimento, percebida agudamente no mapa republicano de 1893. A cidade cresceu para o norte, mas não exclusivamente, a aberturas de estradas são indícios de que as costas viram-se, mas os braços continuavam a estenderem-se.

## 7. REFERÊNCIAS

### DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS:

*Cópia da Planta da Cidade da Barra do Rio Negro.* De 1844, copiada pelo capitão João Pedro de Gusmão em 1853. Acervo do Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro.

*Cópia da Planta da Cidade da Barra do Rio Negro.* De 1844, copiada pelo capitão João Pedro de Gusmão em 1863. Acervo do Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro.

*Plantas das Villas de Manáos e Ega. Levantada e desenhada pelo capitão tenente Raphael Lopes Anjo.* 1845. Acervo do Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro.

Planta levantada na administração de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, em 1852.

Mapa de Manaus de 1868 *in* Atlas Cândido Mendes.

*Planta da Cidade de Manaus levantada pelo Capitão Feliciano Antonio Benjamin e nivelada por Dias dos Santos, membros da comissão do Madeira.* 1874. Arquivo Nacional, cota 4M/MAP120. Rio de Janeiro.

Planta da cidade de Manaus, do Arquivo Militar, assinada com a data de 26 de fevereiro de 1879; copiada pelo Capitão Tenente Raphael Lopes Araújo. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro.

*Carta cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manáos.* Levantada por João Miguel Ribas e desenhado por Willy Von Bancel. Lisboa: Cia. Nacional, 1895. Acervo Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

## DOCUMENTOS OFICIAIS:

Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas do Biennio de 1854 a 1855.  
Manaus: Typographia do Amazonas, 1855.

Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas do Biennio de 1868 a 1869.  
Manaus: Typographia do Amazonas, 1882.

ARANHA, João Baptista de Figueiredo Tenreiro. *Relatório de 30 de Abril de 1852*.  
Barra do Rio Negro: Typ. do Ramos, 1852.

MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa de. *Fala de 5 de Setembro de 1852*. Manaus: Typ.  
do Ramos, 1852.

\_\_\_\_\_. *Fala de 3 de Maio de 1855*. Manaus: Typ. do Ramos, 1855.

\_\_\_\_\_. *Exposição de 28 de Janeiro de 1856*. Manaus: Typ. do Ramos, 1856.

\_\_\_\_\_. *Fala de 3 de Novembro de 1860*. Manaós: Typ. do Ramos, 1860.

MATTOS, João Wilkens de. *Exposição de 14 de Fevereiro de 1853*. Manaus: Typ. do  
Ramos, 1853.

PENNA, Herculano Ferreira. *Fala de 1 de agosto de 1854*. Manaus: Typ. do Ramos,  
1854.

\_\_\_\_\_. *Exposição de 11 de março de 1855*. Manaus: Typ do Ramos, 1855.

VIEIRA, João Pedro Dias. *Exposição de 26 de Fevereiro de 1857*. Manaós: Typ. do  
Ramos, 1857.

AMARAL, Angelo Thomaz do. *Fala de 1 de Outubro de 1857*. Rio de Janeiro: Typ.  
Universal de Laemmert, 1858.

FURTADO, José Francisco. *Relatório de 7 de setembro de 1858*. Manaus: Typ. do Ramos, 1858.

\_\_\_\_\_. *Relatório de 3 de Maio de 1859*. Manaus: Typ. do Ramos, 1859.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Relatório de 3 de Maio de 1862*. Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

MOURA, Sinval Odorico de. *Relatório de 25 de Março de 1863*. In: *Relatórios da Presidência da Provincia do Amazonas mandados colleccionar pelo Governador Coronel Silvério Nery e novamente publicados por ordem do Coronel Antonio Constantino Nery*. Volume III (1863 – 1870). Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1907.

LACERDA, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque. *Relatório de 1 de Outubro de 1864*. Pernambuco: Typographia de Manoel Faria & Filho, 1864.

PYRRHO, Sebastião Jozé Bazilio. *Relatório de 9 de Setembro de 1867*.

MATTOS, João Wilkens de. *Relatório de 4 de Abril de 1869*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1869.

\_\_\_\_\_. *Relatório de 25 de Março de 1870*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1870.

REIS, José Miranda da Silva. *Relatório de 23 de Março de 1871*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1871.

\_\_\_\_\_. *Relatório de 25 de Março de 1872*. Manaus: Typographia do Commercio do Amazonas, 1872.

PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Fala de 25 de Março de 1872*. Manaus: Typographia do Commercio do Amazonas, 1873.



\_\_\_\_\_. *Relatório de 16 de Março de 1873*. Manaus: Typographia do Commercio do Amazonas, 1875.

MIRANDA, Antonio dos Passos. *Relatório de 25 de Março de 1876*. Pará: Typographia do Diario do Gram Pará, 1876.

QUEIROZ, José Clarindo de. *Relatório de 31 de Março de 1880*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1880

DIAS, Satyro de Oliveira. *Fala de 4 de Abril de 1881*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1881.

\_\_\_\_\_. *Exposição de 16 de Maio de 1881*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1882.

FURTADO, José Alarico. *Fala de 27 de Agosto de 1881*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1882.

\_\_\_\_\_. *Exposição de 1882*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1882.

PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. *Relatório de 25 de Março de 1883*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1883.

SOUTO, Theodoreto Carlos de Faria. *Exposição de 12 de Julho de 1884*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1884

FERREIRA JUNIOR, José Jansen. *Exposição de 21 de Setembro de 1885*.

CHAVES, Ernesto Adolpho de Vasconcellos. *Relatório de 25 de Março de 1886*. Manaus: Typographia do Jornal do Amazonas, 1886.

GUIMARÃES, Clementino José Pereira. *Exposição de 10 de Março de 1887*.

NIEMAYER, Conrado Jacob de. *Exposição de 1888*. Manaus: Typographia do Commercio do Amazonas, 1888.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. *Mensagem do Governador*, de 10 de Julho de 1893. Manaus: Typographia do Diario Official do Estado do Amazonas, 1893.

\_\_\_\_\_. *Mensagem do Governador*, de 10 de Julho de 1893. Manaus: Typographia do Diario Official, 1893.

\_\_\_\_\_. *Mensagem do Governador*, de 1 de Março de 1896. Manaus: Typographia do Diario Official, 1893.

\_\_\_\_\_. *Contra a Calumnia*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897.

*Collecção de Leis da Provincia do Amazonas de 1872*, tomo XX, parte I. Manáos: Typographia do Amazonas, 1872.

LEÃO, João C. de Miranda Leão. *Relatório apresentado na segunda sessão extraordinária* de 1902. Manaus: Typographia do Amazonas, 1902.

*Digesto do Municipio de Manáos*, tomo I, Leis Organicas e Comuns (1828 -1906) impresso na administração do coronel Aldolpho Lisbôa. Lisboa: Livraria Aillaud, 1907.

NERY, Silverio. *Decretos e Leis dos mezes de Agosto e Setembro do anno de 1901*. Manaus: Imp. Official, 1901.

#### VIAJANTES:

AVÉ-LALLEMANT, Robert (1812 – 1824). *No rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

BATES, Henry Walter (1825 – 1892). *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1979.

BIARD, François Auguste. Dois anos no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1945.

## ESTUDOS:

AVEZEDO, Ricardo Marques de. *Metrópole: abstração*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 2009.

CHIAVARI, Maria Pace. *As Transformações Urbanas no Século XIX*. In: *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: PUC. Coleção uma cidade em questão, 1985.

CHOAY, Françoise. *A Regra e o Modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

ECO, Umberto. *A misteriosa Chama da Rainha Loana*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FIALHO, Daniela Marzola. *Cidades visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2010. (Tese de doutoramento).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOMBRICH, E. H. *Arte e Ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LE GOFF, Jacques. *Por Amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 1988.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890 – 1900)*. Manaus; Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

\_\_\_\_\_. *Manaus: História e Arquitetura – 1852/1910*. Manaus: Editora Valer, 1999.

\_\_\_\_\_. *O plano de embelezamento de Eduardo Ribeiro e a refundação da cidade de Manaus: 1892 – 1896*. In: *Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente*. Manaus: EDUA, 2009.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

OLIVEIRA, Céurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: Centro de Serviços Gráficos do IBGE, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

REIS, Artur César Ferreira. *História do Amazonas*. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas; São Paulo: EDUSP, 1989.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Melhoramentos, 1995.

